

Retratos da violência no Brasil do século XIX: “Pai contra mãe”, de Machado de Assis

Elisângela Aparecida Lopes Fialho¹⁰

Resumo: O presente artigo visa a investigar, no conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, a abordagem dos preceitos definidores e mantenedores da sociedade escravista brasileira, realizada por um narrador, a princípio, localizado distante dos fatos que narra, mas que os relata de forma a deixar claros os impactos desses preceitos na organização social grotesca e cruel do contexto nacional, em prol de uma pretensa ordem.

Palavras-chave: Machado de Assis, Pai contra mãe, violência.

Abstract: This article aims at investigating, in the short story “Father Against Mother”, by Machado de Assis, the approach of the defining and maintaining principles of the Brazilian slave society, adopted by a narrator, at first, located far from the facts that he narrates, but who reports them in a way to make visible the impact of these prejudices on the grotesque and cruel social organization of the national context, in favour of an alleged order.

Keywords: Machado de Assis, Father Against Mother, violence.

¹⁰ Professora do IFSULDEMINAS, Campus Pouso Alegre-MG; doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Literaturas de Língua Portuguesa, da PUC-Minas; bolsista CAPES.

O objetivo deste artigo é promover uma leitura do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, a fim de demonstrar, na organização estrutural e temática do conto, a violência cíclica como prática institucionalizada na sociedade escravista dos oitocentos.

O referido conto foi publicado no volume intitulado *Relíquias de Casa Velha*, que veio a público em 1906, segundo o autor, constituído de “ideias, histórias, críticas, diálogos” – inéditos ou já publicados. No prefácio, Machado assim apresenta o volume: “uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 658), de modo a explicar as metáforas criadas – “casa” e “relíquias” – compondo uma alegoria da produção ficcional.

As lembranças, mencionadas pelo autor na “advertência”, sinalizam o posicionamento temporal, espacial e, portanto, discursivo adotado pelo narrador de “Pai contra mãe”. O conto assim se inicia: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sócias” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 659), indicando que o tempo da enunciação é posterior ao regime escravista, pois tal sistema “levou consigo”, o que fica claro no uso do tempo pretérito. A esses tempos de escravidão, marcados, sobretudo, pela manutenção do direito de propriedade do senhor sobre o escravo, visto enquanto mercadoria, e pela necessidade de inclusão social do homem livre, seremos levados pela voz narrativa. A história reflete um contexto de luta de todos contra todos, marcado pela exploração do homem pelo homem, como práticas de opressão institucionalizadas pelo regime e socialmente aceitas. Entretanto, o narrador, ao rememorar tais práticas, coloca em questionamento a “validade” de tais ações, ao atribuir a elas dois fundamentos: o grotesco e o cruel.

Em seguida, o narrador irá enumerar alguns aparelhos de coerção comuns durante a escravidão e assinalar a sua função – tais como o ferro ao pescoço e o ferro aos pés – mas, não por acaso,

detém-se a detalhar a máscara de folha de flandres:

A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 659).

A descrição dos instrumentos relacionados à manutenção do escravismo, somada à indicação da finalidade que tinham, proporciona ao leitor do conto a visualização do funcionamento daquela instituição, já que tais aparelhos encontravam-se ligados à punição pela má conduta, funcionando também como instrumentos capazes de manipular o cativo para que tivesse comportamentos mais desejáveis. Aos olhos do senhor, a funcionalidade da máscara de folha-de-flandres, por exemplo, servia tanto para a punir quanto para inibir o vício do álcool e, conseqüentemente, o roubo. A leitura da primeira parte do conto poderia nos levar a interpretações equivocadas a respeito do ponto de vista do narrador. Nessa passagem, ele adota uma fala que, aparentemente, se aproxima da mentalidade escravista para, logo após, tecer o comentário capaz de indicar o seu *locus* discursivo: “mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco e muita vez o cruel” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 659).

Logo após a descrição dos aparelhos escravistas e de suas funções, enfatizando, assim, a violência sistêmica e institucionalizada pelo regime, o narrador, em tom imperativo, afirma: “Mas não cuidemos de máscaras” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 659). A polissemia do enunciado leva-nos a duas possíveis leituras. Ele poderia estar se referindo à máscara de folha-de-flandres descrita, como também às máscaras sociais. Partindo dessa possibilidade, podemos interpretar que a escravidão e seus princípios serão desmascarados a fim de revelar a crueldade

presente na base daquela instituição social. O narrador ressalta que o ordenamento do Estado, muitas vezes, encontra-se associado ao grotesco e ao cruel, o que será comprovado pela experiência vivida pelas personagens da narrativa.

Sendo assim, o que Machado de Assis faz, no conto em questão, é expor os efeitos do regime na mentalidade brasileira de então, o que eleva a sugestão – “mas não cuidemos de máscara” – ao *status* de chave de leitura da história.

O conto narra a história de Cândido Neves, um rapaz que diante da dificuldade de encontrar um emprego que lhe garanta o sustento de sua família, composta por sua jovem esposa, Clara, pela tia dela, Mônica, e por um filho que estava sendo gerado, vê no ofício de “capitão-do-mato” uma atividade rentável e que dele exigiria pouco esforço. Vivendo de favor numa casa cedida, comendo pouco e mal, esse personagem encontra na função que passa a exercer uma solução capaz de remediar momentaneamente a difícil situação na qual se achava. Diante da instabilidade do ofício, Tia Mônica sugere que o casal entregue o filho à roda dos enjeitados, para que seja acolhido e não passe necessidades. Desesperado, com o filho nos braços e na iminência de entregá-lo à roda, Cândido Neves reconhece, na rua, Arminda, uma escrava que havia fugido de seu senhor, cuja captura seria recompensada em 100 mil réis. De posse da fugitiva, ele a entrega a seu dono, quando ela, grávida, aborta o filho perante os olhos atônitos dos dois. Com a recompensa recebida, o personagem volta para casa com o filho nos braços, entre beijos, enquanto reflete: “nem todas as crianças vingam” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 667), conclusão que exemplifica o aspecto grotesco, cruel e opressor da sociedade escravista.

Nesse sentido, as máscaras sociais são deixadas à margem, dando lugar à lógica de dominação, pautada pela manutenção da propriedade e pela política do favor. Cada uma das personagens ocupa um lugar social – senhor, homem livre e escrava – de onde partem em busca daquilo que lhes falta: Arminda deseja proporcionar a liberdade que não tem ao filho que traz no ventre,

Candinho objetiva adquirir uma renda que lhe garanta poder manter o filho perto de si, já o escravocrata deseja ver restituído o bem semovente que lhe escapou.

A tese presente em “As ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz (2000), torna-se essencial, por promover a elucidação do conceito de “direito de propriedade” e dos fundamentos do “favor”. O contexto histórico europeu, no século XIX, encontrava-se marcado pela “liberdade do trabalho”, “igualdade perante a lei” e pelo “universalismo”, conceitos que camuflavam uma realidade marcada pela exploração do proletariado. Tais ideias, proliferadas no Brasil, chocavam-se com a realidade do país, marcada pelo trabalho escravo. Sendo assim, conforme aponta Schwarz, a prática liberal europeia nada mais era do que um discurso vazio, enquanto, no Brasil, era duplamente vazio. Conforme ressalta o crítico, os postulados da civilização burguesa tinham como preceitos: “a autonomia da pessoa”, “a universalidade da lei”, “a cultura desinteressada”, “a remuneração objetiva” e a “ética no trabalho” - princípios aos quais se opunham tanto a prática escravista quanto o cultivo das relações do favor que marcavam a realidade brasileira.

O título do conto - “Pai contra mãe” - é indicativo da luta travada entre Cândido Neves e Arminda a fim de garantir a sobrevivência dos respectivos filhos. Ela almejava dar à luz a um filho livre. Por isso, havia fugido do domínio do senhor que a tinha como propriedade, e que, conseqüentemente, também teria o filho que ela carregava no ventre. Já Cândido Neves só poderia garantir a permanência do filho recém-nascido junto à família caso conseguisse algum dinheiro para diminuir a miséria dos seus. Para Bosi (1982), o título possui um sentido mais amplo, já que a narrativa ilustra ainda uma luta de todos contra todos, visto que a aquisição de bens econômicos requer o subjugo do outro.

Após este pequeno introito, faz-se necessário ler o conto em questão a partir dos pilares que regiam a relação entre as personagens representativas dos três estamentos da sociedade daquele tempo. Nesse texto, o proprietário de Arminda, Cândido

Neves e a cativa representam, respectivamente, a oligarquia escravista, o homem livre e a casta de escravos. É a partir das relações construídas entre essas personagens, baseadas na manutenção da propriedade, no favor e no desejo de liberdade, que se constrói a narrativa. Assim sendo, “Pai contra mãe” espelha a sociedade estratificada do século XIX. A fim de se ressaltar a representação da sociedade escravista no conto em questão, a análise detalhada de cada personagem que compõe a narrativa torna-se necessária.

Cândido Neves, antes de exercer o ofício de capturar escravos fugidos, havia tentado atuar no comércio, trabalhou como fiel de um cartório, e também como entalhador, “mas querendo aprender depressa, aprendeu mal”, e esses trabalhos foram deixados logo depois de serem obtidos (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 660). A ausência de uma profissão leva o personagem a tentar exercer vários ofícios, aos quais não se prende, o que é representativo da desvalorização do trabalho no contexto da sociedade escravista, visto que as atividades produtivas e o trabalho braçal eram predominantemente desempenhados pelo elemento escravo. Por isso, comenta o narrador que, para o personagem: “a obrigação de servir, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 660). Sendo assim, tais funções eram vistas como pejorativas e desabonadoras. Por isso, nos dizeres de Octávio Ianni: “os homens livres fogem das atividades manuais, contaminadas pela casta dos escravos” (1988, p.162).

Se o trabalho manual era capaz de aproximar o homem livre do elemento escravo, o novo ofício, a que se dedica Cândido Neves, distancia-o daquele, colocando-os em lados opostos. A captura de escravos fugidos, enquanto atividade financeira e ofício de um momento histórico, constitui-se como exercício de manutenção do direito de propriedade do senhor sobre seu escravo, manutenção essa que, diante da fuga, passa a ser garantida pelas mãos do homem livre. A escolha de tal ofício é assim justificada pelo narrador:

Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que sentia rijo para poor ordem à desordem (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 660).

As hipóteses levantadas condizem com a situação em que se encontrava Cândido Neves. A ausência de um ofício certo já havia sido indicada pelos trabalhos a que se dedicara, sem, contudo, adquirir uma profissão. A pobreza da família seria agravada pelo nascimento do filho, o que tornaria maior a necessidade de obter-se um rendimento. O acaso proporcionava ao personagem deparar-se com os fugitivos e reconhecê-los imediatamente, o que lhe assegurava o recebimento pelo serviço. O gosto de servir à ordem escravista dava ao personagem “um encanto novo”, pois lhe exigia pouco.

Segundo Terezinha Mucci Xavier (1994), há dois tipos de homens livres representados na obra machadiana: personagens com alto grau de orgulho e que, por isso, se recusavam à sujeição de servir, e aqueles que tendiam à servidão. A estudiosa destaca que, em ambos, o favor configura-se como responsável por intermediar as relações entre os favorecidos e os beneficiários. Nesse sentido, as atitudes adotadas por Cândido Neves podem ser enquadradas, em momentos distintos, nas duas categorias propostas por Xavier. Segundo nos informa o narrador, ele tinha seu orgulho ferido ao servir aos outros, na atividade comercial, enquanto tinha certo gosto em servir à classe senhorial, restituindo a ela a propriedade perdida. Para a estudiosa: “o favor confere à ficção machadiana estatuto de realidade, pois refere-se ao contexto sociocultural” (XAVIER, 1994, p. 117).

O desejo de subir um degrau na escala social, e, assim, localizar-se mais distante do estamento ocupado pelos cativos, pode ser vislumbrado na passagem em que Candinho, enquanto procura a escrava fugida, interpela um comerciante e lhe pergunta se havia visto passar pela redondeza uma escrava com

determinadas características. Diante disso, destaca o narrador: “parecia falar como o dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 665). Situados entre os oligarcas e os escravizados, os homens livres desejam se aproximar daqueles e, para tanto, precisam se afastar destes. Para que tal aproximação se dê, a construção de relações de favor se torna indispensável. Mesmo não sendo agregado, o lugar ocupado por Cândido Neves na narrativa em questão encontra-se marcado pela pobreza, pela ausência de uma profissão, pelo desemprego e pelas relações de favor, o que faz dele um representante dos homens livres localizados no regime escravista. Situados entre a oligarquia e a casta de escravos, os homens livres ocupam um não-lugar social, conforme ressalta Maria Sylvia de Carvalho Franco: “homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade” (FRANCO, 1983, p. 14); o que pode ser verificado nos vários ofícios desempenhados pelo personagem, sem que se dedicasse efetivamente a algum deles. No entanto, Cândido Neves sente-se um colaborador, ao assumir o novo ofício, enquanto o desejo de “por ordem na desordem” e de se afirmar perante o cativo alimentavam o seu orgulho.

Enquanto ofício próprio de um tempo, apanhar escravos fugidos encontrava-se ligado à manutenção do direito de propriedade sobre o escravizado. A função de Cândido Neves é devolver ao senhor o bem que lhe havia escapado; por isso, vinha a recompensa financeira. O exercício da captura de fugitivos tinha como elemento facilitador e divulgador os jornais da cidade, conforme ressalta o narrador:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha a promessa: “gratificar-se-á generosamente”, – ou “receberá uma boa gratificação” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 659).

A menção feita por Machado de Assis, no trecho acima, espelha uma prática muito comum àquele tempo. A aproximação entre os elementos descritivos, incluídos no conto, e um anúncio publicado em 1885, dá ao texto a verossimilhança narrativa:

Fugiu do Bacachery, no dia 10 do corrente, um escravo, pardo claro, de nome Frutuoso, de 28 a 29 anos de idade, alto e bastante reforçado, barba cerrada, com uma cicatriz em uma perna de um golpe de faca, e fala muito bem; quem o levar a seu senhor José Leandro Borges, no Bacachery, receberá 50\$000 de gratificação.¹¹

O Dezenove de Dezembro, Anno II, nº 25, Curitiba, 19/9/1885 p. 3

(*apud* IANNI, 1988, p. 128)

Ao analisar anúncios como o anterior, Ianni tece o seguinte comentário:

Como se vê, os anúncios revelam não apenas a técnica de controle e definição da posição do escravo, ao mesmo tempo, como também o tratamento dispensado pelos senhores. As marcas físicas de maus tratos são sempre mencionadas, para facilitar a identificação. A condição inferior do cativo possibilita um tipo de tratamento sub-humano que às vezes se traduz em estropiamentos (IANNI, 1988, p. 128-9).

O tratamento sub-humano a que se refere o sociólogo pode ser contemplado na narrativa. Para realizar o ofício, Cândido Neves fazia uso da força física e da agilidade possuídas. Às vezes, tomado pela cegueira da necessidade, ele se enganava e capturava um liberto. Noutras vezes, travava-se uma luta entre os envolvidos, a ponto de sair dela ferido, tamanha era a sua necessidade financeira e a ânsia de liberdade do fugitivo. Mas, conforme ressalta o narrador, o personagem geralmente vencia o fugitivo sem o menor arranhão, apesar de sua resistência.

Sob a marca da pobreza e da dependência do favor

¹¹ O anúncio teve seu português atualizado.

localizam-se, ainda, Clara, a jovem esposa de Cândido Neves, e Tia Mônica. A moça órfã vivia com a tia numa casa simples. Porém, desejosa de casar, conhece Cândido Neves em um baile. Logo depois, a ele se une, passando a viver os três numa casa alugada. Ao longo da narrativa e diante das intempéries da vida pobre, a limitação da visão de mundo da personagem nos chama a atenção. Diante da ausência de comida à mesa, clama: “Nossa Senhora nos dará de comer” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 661). Quando a família encontrava-se sem teto, cria: “Deus nos há de ajudar, titia” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 662). Clara é guiada pela vida, e passa a narrativa a esperar uma solução divina para a situação miserável na qual se encontrava.

Tia Mônica, consciente da pobreza a que estava destinada, alerta o casal sobre a vida escassa que teriam. Opunha-se, inicialmente, ao casamento, até ver nele a possibilidade de uma festa, afeita que era a “patuscadas”, e possivelmente vislumbrar no matrimônio da sobrinha uma chance de mudar de vida.

Os laços de dependência marcavam aquela família: Tia Mônica, de certa forma, dependia da contribuição financeira dada por Candinho para a manutenção da casa. Clara dependia de ambos, e da intervenção divina. A criança recém-nascida dependia de todos, inclusive para viver junto à família, já que poderia ter sido entregue à roda. É a prática do favor que permite à família, despejada da antiga casa alugada, ter um novo lar: “o aposento de favor”, onde viviam graças à boa ação da proprietária do imóvel. O novo ofício desempenhado por Cândido Neves só tinha razão de existir diante da manutenção do regime escravocrata. A certa altura da narrativa, o trabalho exercido pelo personagem já não lhe garante os mesmos dividendos:

Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves. Havia mãos novas e hábeis. Como o negócio crescesse, mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou os anúncios e deitou-se à caçada. No próprio bairro havia mais de um

competidor (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 661).

Enquanto “ofício do tempo”, a captura de escravos fugidos configurava-se como uma saída para muitos daqueles que se encontravam inaptos para o exercício de um outro trabalho, desempregados, marcados pela pobreza e pela necessidade. Na segunda metade do século XIX, tempo ao qual se refere o narrador, Cândido Neves enfrentava a concorrência no exercício de seu novo ofício.

A escravidão, enquanto instituição social, encontrava-se calcada em alguns princípios responsáveis pela sua manutenção e que justificavam a sua existência. Um deles é o direito de propriedade, segundo o qual o escravo era tido como mercadoria e instrumento de trabalho; portanto, podendo ser vendido, comprado ou até mesmo ser incluído no espólio familiar. Sendo assim, os negros, tidos como bens semoventes, eram associados aos demais bens deixados pelo morto a fim de que fossem divididos pela família.¹²

A narrativa de “Pai contra mãe” nos indica uma outra faceta da noção de propriedade, ao mostrar que esse princípio também era responsável por moderar a ação dos senhores no uso dos aparelhos punitivos e das pancadas: “o sentimento de propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 659). O escravo espancado, impossibilitado de trabalhar, passava a ser um prejuízo para o seu dono.

Depois de descrever os aparelhos ligados à escravidão, dois comentários do narrador tornam-se importantes para o entendimento do seu ponto de vista. No primeiro deles, já citado, a manutenção da ordem social e humana, enquanto princípio escravista, impera sob o signo da crueldade e do grotesco. A

¹² Na obra machadiana são muitos os exemplos dessa prática: Em *Quincas Borba*, o filósofo deixa a Rubião todos os seus bens, dentre eles um pajem. Quando do falecimento do pai de Bentinho, em *Dom Casmurro*, no testamento constavam os escravos da família, dentre outros bens. Assim como ocorre com Luiz Garcia, que lista o cativo Raimundo entre os bens a serem herdados, em *Iaiá Garcia*.

restituição da propriedade, feita por Cândido Neves quando entrega Arminda amarrada ao seu proprietário, mesmo tendo ela lhe pedido que a deixasse livre por estar grávida, denuncia não só a ignomínia da posse sobre o ser humano, como também a crueldade por detrás da manutenção da “ordem social” desejada.

O personagem proprietário de Arminda toma duas únicas atitudes no conto: uma delas é anunciar a fuga de sua escrava, já que é através dos jornais que Cândido Neves toma conhecimento do fato; a outra é pagar pela restituição de sua propriedade.

Arminda, desejosa de romper as amarras que a prendiam, foge e, quando capturada por Cândido Neves, clama: “- Estou grávida, meu senhor! Exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 666). Mal sabia ela que, ao capturá-la, Cândido Neves agarrava-se à última alternativa para manter o seu filho perto de si. Os discursos de Arminda e de Clara se aproximam: aquela clama a Cândido Neves, o único capaz de salvar a ela e ao seu filho, naquele momento, e possibilitar a liberdade deles; enquanto esta roga a Deus para que a livre da miséria.

Ao ser levada àquele que a tinha enquanto propriedade, Arminda tenta convencer Cândido Neves a soltá-la, ao que este responde: “Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 666). Ao ser entregue, a escrava aborta o filho que trazia no ventre, perante os olhos desesperados do dono. O historiador Valdeci Rezende Borges (2001) atribui o desespero do proprietário de Arminda, diante do aborto, ao sentimento de propriedade deste em relação à perda que significava a morte do filho da escrava.

Possível se estabelecer, ainda, uma aproximação entre Cândido Neves e Arminda, já que ele encontra-se em situação de dependência do senhor, no que se refere ao ganho financeiro, enquanto ela é propriedade deste. Ambos travam uma luta inglória pela sobrevivência de seus filhos. Todavia, nessa luta só

há um vencedor, conforme justifica ironicamente o narrador, no final do conto: “nem todas as crianças vingam”. A narrativa, marcada pela propriedade e pelo favor, situa escravos e homens livres num mesmo patamar, mas também diferencia-os, pois somente um filho “vinga”.

O nome das personagens, assim como os das ruas, quase sempre, configuram-se como indícios importantes para a interpretação dos textos de Machado de Assis. O mesmo ocorre no conto em questão. Os nomes “Cândido Neves” e “Clara” indicam a alvura do casal, elemento que, segundo a mentalidade da época, os distinguia perfeitamente daqueles que ocupavam a condição cativa. A relação entre esses dois nomes é indicada pelo próprio narrador, ao relatar-nos a união do casal: “o casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeriu-se sem esforço” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 662); assinalando o caráter grotesco, na acepção daquilo que causa riso, pelo aspecto ridículo.

Já os nomes das ruas, indicados quando Candinho parte à cata da escrava fugitiva, indicam o desespero de ambos. No percurso marcado pela procura de Arminda e que se finda quando esta é encontrada, o personagem passa pela “Rua do Parto” e “Rua da Ajuda”, localizando-a no “Largo da Ajuda”. A primeira parece indicar não somente o estado em que se encontrava a escrava, mas também a dificuldade de Candinho em encontrá-la; a segunda parece aludir tanto à necessidade financeira deste, quanto à necessidade de liberdade daquela. Infelizmente, nesse caso, a conciliação dos desejos era impossível. Depois de capturada, a cativa é arrastada pela “Rua dos Ourives”, numa provável alusão aos cem mil-réis que Cândido Neves estaria prestes a receber; e levada à “Rua da Alfândega”, onde é entregue ao seu senhor. Lá, ela foi deixada, como naquela época em que os negros trazidos da África eram desembarcados nos portos do país e, muitas vezes, ali mesmo avaliados.

A representação ficcional realizada em “Pai contra mãe”,

conforme demonstrado, ilustra muito bem o quadro da sociedade oitocentista, calcada no direito de propriedade, no desejo de liberdade por parte dos cativos e na política do favor. É a restituição da propriedade “perdida” que vai permitir a Cândido Neves o exercício de um novo ofício. É esse mesmo princípio que justifica o anúncio nos jornais constando as características físicas do escravo fugido, a fim de que possa ser restituído ao seu dono, além de servir de moderador às pancadas deferidas sobre o cativo, conforme anteriormente mencionado. Segundo a narrativa, a manutenção desse princípio é realizada pelos aparelhos da escravidão descritos: a máscara de folha-de-flandres, o ferro ao pescoço e o ferro ao pé. É o direito de propriedade o fator determinante do final da narrativa, já que a restituição da propriedade rendeu a Cândido Neves uma quantia que lhe permitiu ter o filho recém-nascido perto de si, ao invés de levá-lo à roda dos enjeitados. Em contrapartida, é a manutenção desse princípio que impede Arminda de ser livre e de gerar um filho também livre, determinando a morte deste.

Em “Pai contra mãe”, a instituição escravista é desmascarada ao longo da narrativa, a partir das revelações do narrador a respeito do princípio responsável por mantê-la: o direito de propriedade sobre seres humanos. É ele que possibilita o surgimento do ofício que Cândido Neves passa a exercer. Conforme anuncia o narrador, temporalmente localizado no período pós-abolição, a luta que ali é travada do pai contra a mãe espelha a escravidão que havia chegado ao fim, deixando marcas na sociedade e na memória do narrador.¹³

¹³ Os resquícios da instituição escravista brasileira na contemporaneidade foram tratados de forma bastante realista por Sérgio Bianchi, no filme *Quanto vale ou é por quilo?*, de 2005, tido como uma livre adaptação do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis. A aproximação entre essa produção cinematográfica e a obra literária do escritor carioca foi tratada em algumas comunicações que tive oportunidade de apresentar: “Pai contra mãe”: roteiro para o filme *Quanto vale ou é por quilo*, de Sérgio Bianchi, VI Semana de Eventos da Faculdade de Letras, UFMG, outubro de 2006; e “Sérgio Bianchi, leitor de Machado de Assis”, XII Seminário de Teses em Andamento, UNICAMP, Campinas, outubro de 2006.

Assim, pelos caminhos cíclicos da narrativa, Machado de Assis elucida os fundamentos ideológicos da sociedade escravista brasileira, situando-os, não por acaso, na exposição de um narrador distante no espaço e no tempo. Tal estratégia possivelmente vise a nos indicar, sutilmente, que o regime opressivo a que estão determinados os homens daquela sociedade deixara marcas profundas, tanto nas relações sociais quanto na mentalidade dos brasileiros, mesmo após o fim do regime escravista. Tais indivíduos assim como o narrador estão localizados temporalmente distante dos fundamentos daquela sociedade. Entretanto, os sujeitos sociais tenderiam a reproduzir, de outras maneiras, o que havia de mais cruel nas relações humanas como atitudes justificadas em prol da ordem e do progresso. Se, por um lado, os papéis desempenhados por esses indivíduos estariam baseados na reprodução da lógica escravista, a função do narrador seria desnudar tal reprodução e avaliá-la criticamente.

Referências

BORGES, Valdeci Rezende. Imagens do negro em Machado de Assis. In: PEREIRA, Kênia Maria de Almeida et al. *Machado de Assis: outras faces*. Uberlândia, MG: Aspectus, 2001. p. 25-78.

BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In: _____ et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982. p. 437-457.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

IANNI, Octávio. *Metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. "Pai contra mãe". *Relíquias de Casa Velha* (1906). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2, p. 659-667.

_____. Quincas Borba. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2, p. 641-806.

_____. Dom Casmurro. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2, p. 808-944.

_____. Iaiá Garcia. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2, p. 390-509.

SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

XAVIER, Terezinha Mucci. *Verso e reverso do favor no romance de Machado de Assis*. Viçosa, MG: UFV, 1994.

Recebido em 02/11/2016.

Aceito em 16/01/2017.